

AS DIFICULDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA AFROCENTRADO: EXPERIÊNCIAS NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC

Emeson Tavares da Silva[1]

Círculo de Saber: Educação para as relações étnico-raciais na Educação do Campo

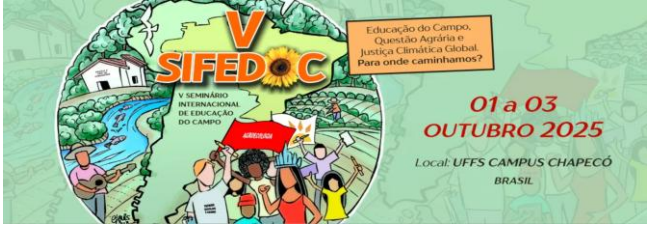
Resumo: O artigo analisa as dificuldades do ensino de História numa perspectiva afrocentrada no curso de Educação do Campo da UFSC, na comunidade quilombola Vidal Martins. O objetivo é compreender como resistências institucionais, epistemológicas e pedagógicas limitam a efetiva incorporação das epistemologias afrocentradas nos currículos acadêmicos. A pesquisa articula referenciais de autores como Munanga, Gomes, Nascimento e Quijano, evidenciando que o eurocentrismo ainda domina a produção historiográfica universitária e marginaliza contribuições africanas e afro-brasileiras. Entre os principais desafios, destacam-se a resistência de docentes e discentes à mudança de paradigmas, a escassez de materiais didáticos específicos, a desvalorização da oralidade como fonte histórica e a ausência de abordagens que contemplem outras identidades, como a indígena. Conclui-se que a consolidação de um ensino afrocentrado exige mudanças curriculares, metodológicas e políticas que ampliem a presença de epistemologias negras e quilombolas, valorizem o protagonismo dos estudantes e promovam um diálogo intercultural que represente a diversidade da sociedade brasileira.

Palavras-chave: História afrocentrada; Educação do Campo; Quilombos

Introdução

O ensino de História numa perspectiva afrocentrada nas universidades brasileiras enfrenta desafios estruturais, epistemológicos e políticos que impedem uma efetiva incorporação dessa abordagem nos currículos acadêmicos. Apesar dos avanços proporcionados por políticas afirmativas, como a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e pela implementação de ações afirmativas em diversas universidades, a resistência institucional continua a ser um obstáculo significativo. Munanga (2004, p. 17) observa que "o eurocentrismo ainda dita os rumos do ensino de História no Brasil, marginalizando a produção

[1] Doutor em História e professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: e.tavares@ufsc.br

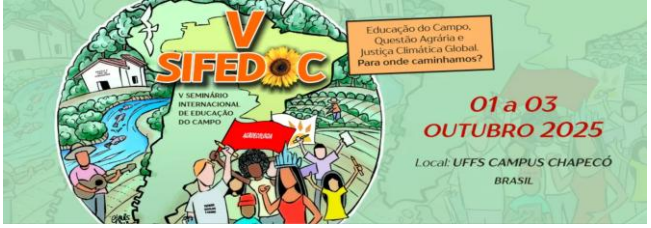


intelectual afrocentrada". Além disso, como destaca Gomes (2017, p. 58), "a descolonização do pensamento histórico passa necessariamente pelo reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras para a construção da sociedade". Esse cenário impacta diretamente a formação de professores, o desenvolvimento de currículos e a aceitação acadêmica dessa abordagem, gerando um ambiente de exclusão das epistemologias afrocentradas dentro das universidades.

No contexto do curso de Educação do Campo da UFSC e da comunidade quilombola Vidal Martins, essas dificuldades se tornam ainda mais evidentes, visto que é necessário um esforço adicional para dialogar com as realidades dos alunos da primeira fase e com os saberes quilombolas. A valorização do protagonismo negro e da ancestralidade africana demanda metodologias e práticas pedagógicas que rompam com o ensino tradicional eurocentrado e suas limitações. A implementação de uma História Afrocentrada nesse contexto não se limita a uma questão curricular, mas envolve também um enfrentamento das práticas pedagógicas que, muitas vezes, ignoram as especificidades culturais, sociais e históricas da população quilombola.

Para os estudantes do curso de Educação do Campo, que pertencem a uma comunidade quilombola, o desafio é ainda mais complexo, pois a resistência ao ensino de uma História que reconhece o legado africano não se restringe apenas ao campo acadêmico, mas também está profundamente enraizada nas experiências vividas dentro e fora da sala de aula. A resistência de setores da sociedade em reconhecer as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros ainda se reflete em práticas de ensino que negam a história e as identidades desses grupos. Além disso, a presença de saberes tradicionais da comunidade quilombola, que envolvem práticas de resistência cultural e modos próprios de interpretação histórica, é frequentemente marginalizada ou distorcida em processos educacionais que se alinham com a lógica hegemônica eurocêntrica.

A proposta de incorporar uma perspectiva afrocentrada no ensino de História, no caso específico do curso de Educação do Campo, demanda uma reconfiguração da prática pedagógica que considere as realidades dos estudantes quilombolas e promova um espaço de aprendizagem que favoreça o reconhecimento da sua

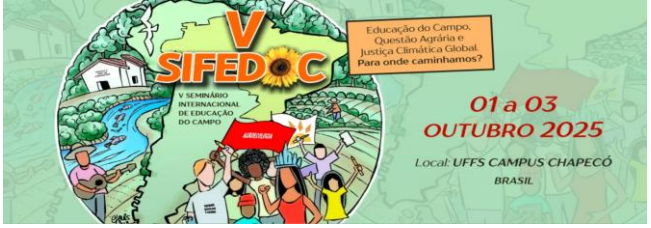


identidade e dos seus saberes. Nesse sentido, é imprescindível que a história das populações quilombolas seja contada não apenas a partir de uma perspectiva externa, mas também a partir de seus próprios relatos, experiências e compreensões de mundo. Este artigo propõe-se, portanto, a analisar as dificuldades e desafios enfrentados na implementação do ensino de História do Brasil numa perspectiva afrocentrada, considerando as especificidades da comunidade quilombola Vidal Martins, com foco na valorização de suas identidades e culturas dentro do currículo do curso de Educação do Campo da UFSC.

A Resistência Institucional e Epistemológica no Ensino de História Afrocentrada

A resistência ao ensino afrocentrado é uma característica marcante das universidades brasileiras. Como observam Nascimento (2020, p. 112) e Gomes (2017, p. 94), "há uma persistente tentativa de neutralizar discursos que afirmam a centralidade da África na construção da identidade nacional". A maioria dos currículos universitários ainda minimiza ou ignora a presença africana na formação da sociedade brasileira, muitas vezes tratando a história de África e dos afrodescendentes de maneira superficial ou estereotipada. Como exemplificado por Souza (2018, p. 43), "a construção da História brasileira continua a ser dominada por uma narrativa que marginaliza as contribuições africanas e afro-brasileiras, em favor de um discurso branco, elitista e eurocêntrico". Essa marginalização reflete um processo de colonialidade do saber que, segundo Quijano (2005), mantém a dominação eurocêntrica como a referência principal nas produções acadêmicas e culturais, deslegitimando outras formas de conhecimento.

A resistência institucional não se limita apenas à construção do currículo, mas se estende ao próprio espaço acadêmico, onde a inserção de uma perspectiva afrocentrada encontra forte oposição. A abordagem afrocentrada desafia não apenas os conteúdos, mas também as metodologias e os próprios parâmetros que orientam a produção do conhecimento. Como apontam Lima e Santos (2019, p. 66), "a resistência ao afrocentrismo nas universidades está muitas vezes associada a um temor das instituições acadêmicas em abandonar os paradigmas estabelecidos do



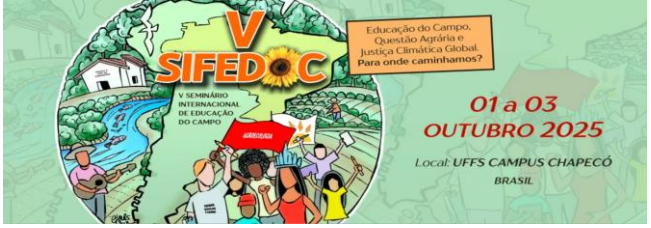
conhecimento colonial e eurocêntrico". Essa resistência é visível tanto entre os docentes, que nem sempre estão preparados ou dispostos a incluir uma visão afrocentrada em suas práticas pedagógicas, quanto entre os discentes, que muitas vezes não reconhecem a relevância dessa abordagem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O impacto dessa resistência é evidente no curso de Educação do Campo da UFSC. Muitos estudantes da primeira fase, oriundos de contextos periféricos, têm dificuldade em compreender a importância de uma abordagem afrocentrada. Alguns relatos de estudantes brancos indicam que a proposta de História Afrocentrada gera desconforto, levando-os a afirmar que se sentem "oprimidos" ou "deslocados" nas discussões sobre identidade negra e História afrocentrada. Esse desconforto revela uma resistência à mudança de paradigmas, alimentada por uma educação que tradicionalmente privilegia o ponto de vista da elite branca. Como observa Nogueira (2020, p. 88), "a resistência de parte dos alunos reflete um desconhecimento profundo sobre as relações raciais, frequentemente alimentado pela falta de reflexão crítica sobre o racismo estrutural".

Além disso, muitos estudantes expressam um sentimento de alienação, afirmando que se sentem como "ETs", como se não pertencessem ao debate, ou apresentam uma visão superficial sobre o tema com declarações como "todo mundo é igual". Tais manifestações demonstram uma falta de compreensão profunda das complexidades das relações raciais e sociais que o currículo afrocentrado busca abordar (Noguera, 2020, p. 88). Nesse contexto, a resistência não se dá apenas em relação ao conteúdo, mas também ao processo de autoidentificação e ao reconhecimento de que as identidades e as histórias afro-brasileiras são fundamentais para a compreensão das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade.

A Necessidade de Ampliação do Ensino Afrocentrado no Campus Universitário

Embora o vínculo com a comunidade quilombola Vidal Martins seja fundamental, muitos estudantes de Educação do Campo solicitam que as aulas

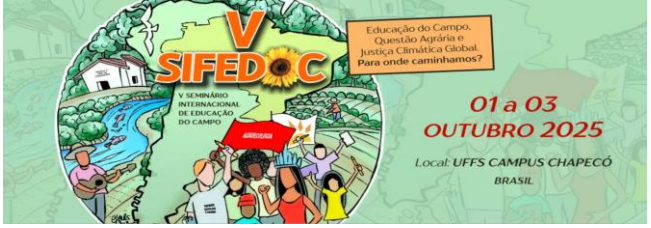


sobre História Afrocentrada não se limitem a esse contexto. Eles argumentam que as discussões precisam ser realizadas também na sede da UFSC para que o conhecimento seja disseminado de maneira mais ampla. Como observa Carneiro (2021, p. 102), "as universidades devem se abrir para a pluralidade de perspectivas, permitindo que os saberes das comunidades quilombolas sejam integrados ao debate acadêmico sem confiná-los a espaços isolados". Para muitos estudantes, as aulas na sede da universidade são um espaço mais adequado para que possam discutir a História afro-brasileira e afrocentrada em um contexto mais acadêmico e com maior diversidade de interlocutores. A centralização do ensino afrocentrado apenas em espaços periféricos e em comunidades específicas pode, paradoxalmente, reforçar a ideia de que esse conhecimento é algo marginal, quando, na realidade, deveria ser considerado um elemento central na compreensão da sociedade brasileira.

A falta de uma abordagem inclusiva também é observada por estudantes indígenas que, ao participarem de aulas de História Afrocentrada, relatam não se sentir representados. Esses estudantes afirmam que, apesar de reconhecerem a importância da História afro-brasileira, sentem que sua própria história e suas especificidades culturais são deixadas de lado. Esse sentimento de exclusão foi destacado por Ribeiro (2020, p. 15), que discute como "as narrativas indígenas são frequentemente marginalizadas dentro do currículo acadêmico, o que reflete a continuidade de um projeto de colonização epistemológica". Ao mesmo tempo, os estudos de história das populações indígenas, muitas vezes silenciados, precisam ser integrados de maneira a promover um verdadeiro intercâmbio de saberes, em vez de serem subordinados à lógica de uma única narrativa dominante.

Assim, a proposta de História Afrocentrada, enquanto essencial para a reparação histórica e a valorização da cultura afro-brasileira, não deve excluir outras perspectivas étnicas que também formam a sociedade brasileira. A construção de um currículo que respeite as diferentes manifestações culturais e identitárias, e que promova um diálogo intercultural, pode proporcionar um ambiente mais inclusivo e representativo para todos os grupos historicamente marginalizados

A Escassez de Materiais Didáticos Afrocentrados e a Dificuldade de

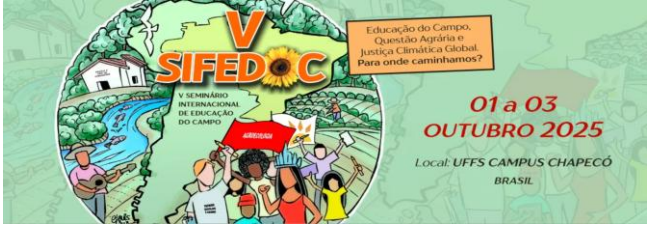


Criação de Conteúdo

A escassez de materiais didáticos que contemplem uma perspectiva afrocentrada é um problema persistente no ensino de História. A maior parte dos livros didáticos utilizados, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, ainda segue uma lógica eurocêntrica e marginaliza as contribuições africanas e afro-brasileiras. Como destaca Silva (2015, p. 75), "o apagamento da História africana nos currículos universitários reflete uma lógica colonial ainda presente no ensino superior". Essa ausência de materiais específicos reflete uma estrutura educacional que, apesar das leis que obrigam o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, ainda não adaptou seus recursos e conteúdos a uma verdadeira inclusão das narrativas afrocentradas.

A maioria dos livros didáticos disponíveis nos mercados editorial e acadêmico é produzida a partir de uma perspectiva que privilegia a história da Europa e de suas ex-colônias, relegando as histórias da África e dos afrodescendentes a uma visão distorcida ou estereotipada. A História da África, frequentemente abordada de forma simplista ou exótica, é descontextualizada e não contribui para a compreensão das interações complexas entre o continente africano e o Brasil. Como observa Souza (2018, p. 66), "as representações de África nos livros didáticos ainda estão ligadas a um olhar de desinformação e preconceito, que enfraquece a capacidade crítica dos estudantes e perpetua uma visão hierárquica do mundo". Esse tipo de material didático não contribui para uma educação que favoreça o reconhecimento das diversas culturas e saberes que formam a sociedade brasileira.

Por outro lado, muitos professores que adotam a abordagem afrocentrada se veem obrigados a criar seus próprios materiais didáticos, um processo que exige tempo, dedicação e, muitas vezes, recursos limitados. Como observam Oliveira (2019, p. 44) e Gomes (2017, p. 94), "a construção de um ensino de História afrocentrado exige um esforço contínuo na criação de materiais didáticos alternativos e na busca por fontes alternativas que permitam a reconstrução de uma história mais plural e inclusiva". Esses materiais, muitas vezes, não encontram apoio institucional adequado, e os educadores enfrentam grandes desafios para garantir que suas aulas reflitam de forma justa as realidades e as histórias afro-brasileiras e

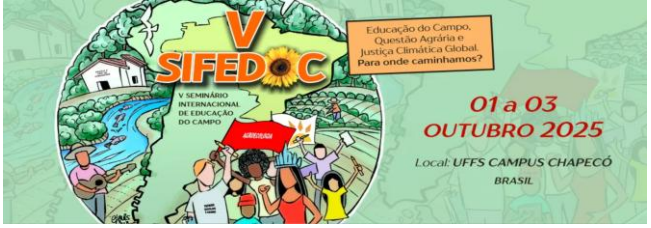


africanas. Além disso, a falta de incentivo para a pesquisa e o desenvolvimento de recursos didáticos especializados limita a implementação de uma proposta pedagógica verdadeiramente inclusiva e representativa.

Outra dificuldade significativa na criação de conteúdo afrocentrado é o reconhecimento da oralidade, um elemento fundamental na tradição africana de transmissão de conhecimento, que ainda é pouco reconhecido nas universidades como uma fonte legítima de saber histórico. A oralidade, como uma prática cultural rica e complexa, precisa ser vista como uma forma legítima e valiosa de construir e preservar a memória histórica. Munanga (2004, p. 63) destaca que "o reconhecimento da oralidade como fonte histórica legítima é um passo fundamental para a reconstrução de uma história afrocentrada", mas essa perspectiva ainda enfrenta resistência nas práticas acadêmicas ocidentais, que frequentemente priorizam fontes escritas e documentos formais. A oralidade, no entanto, possui uma rica tradição de ressignificação, sendo uma poderosa ferramenta na educação e na preservação de identidades culturais, especialmente em comunidades afro-brasileiras e quilombolas.

A resistência a essa forma de saber reflete um campo epistemológico que privilegia o eurocentrismo e marginaliza outras formas de conhecimento. A integração da oralidade nas práticas pedagógicas não se resume a uma simples adaptação, mas requer uma mudança paradigmática na forma como a história é ensinada e compreendida. A resistência a essa mudança é visível não só no desinteresse por fontes orais, mas também na falta de formação adequada para os educadores, que muitas vezes não são capacitados para valorizar essa prática como uma fonte legítima de conhecimento histórico.

Assim, a escassez de materiais didáticos afrocentrados, combinada com a falta de valorização da oralidade, revela uma dificuldade estrutural que impede a criação de um currículo verdadeiramente plural e representativo das diversas culturas e saberes presentes na sociedade brasileira. Esse desafio deve ser encarado com urgência, pois a construção de um currículo inclusivo e afrocentrado é fundamental para o fortalecimento da identidade e da memória histórica dos estudantes afrodescendentes, bem como para a promoção de uma educação mais crítica e igualitária para todos.



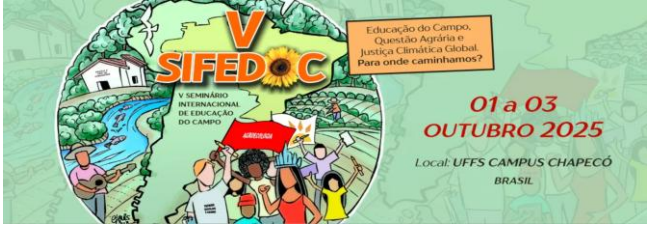
A Experiência Prática na UFSC: A Conexão com as Comunidades Quilombolas e a Inclusão de Diversas Perspectivas

Na UFSC, a política institucional de enfrentamento ao racismo ganhou maior força com a criação da PROAFE (Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade), que tem como missão coordenar e implementar ações voltadas à promoção da diversidade, da justiça social e da inclusão das populações historicamente marginalizadas. Nesse contexto, o curso de Educação do Campo, ofertado no território quilombola Vidal Martins, constitui uma experiência singular dentro da universidade, pois desloca o espaço acadêmico para junto da comunidade, reconhecendo o quilombo como lugar de produção de saberes e de resistência.

Essa escolha pedagógica representa uma prática antirracista na medida em que rompe com a centralidade eurocêntrica da universidade e cria um ambiente em que as epistemologias negras, afro-brasileiras e afrocentradas não apenas são estudadas, mas também vivenciadas em diálogo com os sujeitos quilombolas. Como observa Nascimento (2020, p. 112), “a resistência das universidades à inclusão de epistemologias negras é reflexo do racismo estrutural presente na produção do conhecimento”. A presença da universidade no quilombo Vidal Martins busca, justamente, enfrentar esse racismo estrutural por meio de um currículo que valoriza as histórias, tradições e práticas sociais afro-brasileiras.

No entanto, ainda que a PROAFE represente um avanço institucional e o curso no território quilombola seja uma conquista, persistem desafios. A insuficiência de financiamento e de apoio contínuo para ações afirmativas limita a expansão das iniciativas. Muitos projetos ainda dependem de esforços isolados de docentes e discentes, o que fragiliza a consolidação de uma política universitária mais ampla. As epistemologias negras e quilombolas seguem em processo de disputa dentro da universidade, enfrentando resistências relacionadas às hierarquias do conhecimento e às estruturas de poder acadêmico.

Para os estudantes de Educação do Campo, a vivência no quilombo Vidal Martins possibilita um aprendizado diferenciado: o contato direto com os saberes ancestrais, a oralidade e as práticas comunitárias afro-brasileiras. Essa experiência



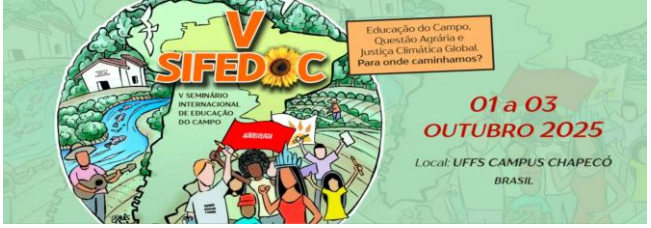
permite desconstruir narrativas históricas dominantes e desenvolver uma compreensão mais plural da História do Brasil. Como afirma Munanga (2004, p. 89), “a inserção de saberes tradicionais e locais nas universidades é um processo que exige mudanças estruturais no currículo e nas práticas pedagógicas, para que esses saberes sejam respeitados e valorizados como parte integral do conhecimento acadêmico”.

Apesar dos avanços, observa-se entre os estudantes a reivindicação de que o ensino de História Afrocentrada não se restrinja ao espaço quilombola, mas também alcance a sede universitária. Estudantes indígenas, por exemplo, têm ressaltado que, embora o enfoque afrocentrado seja essencial, sua presença nos currículos também é necessária para que se sintam representados. A demanda, portanto, é por uma expansão curricular inclusiva e interconectada, em que narrativas afro-brasileiras, indígenas e de outras minorias étnicas sejam tratadas de forma integrada, compondo a pluralidade da identidade nacional.

Assim, a experiência da UFSC no quilombo Vidal Martins, articulada à política antirracista e às ações da PROAFE, aponta caminhos para a construção de uma universidade mais plural e decolonial. Entretanto, sua consolidação exige que essas iniciativas sejam incorporadas de modo sistemático ao currículo e ampliadas para toda a instituição, garantindo que a educação antirracista e intercultural se torne um compromisso permanente da universidade.

Conclusões

O ensino de História Afrocentrada nas universidades brasileiras é fundamental para a construção de uma educação mais plural, crítica e decolonial. A inclusão das perspectivas afrocentradas contribui para a desconstrução das narrativas históricas dominantes e permite uma visão mais abrangente e justa das múltiplas contribuições culturais e históricas dos negros e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. No entanto, apesar de seu valor, a resistência institucional, a escassez de materiais didáticos adequados e a falta de uma abordagem inclusiva para outras comunidades étnicas, como os indígenas, ainda são barreiras significativas que impedem a implementação efetiva dessa

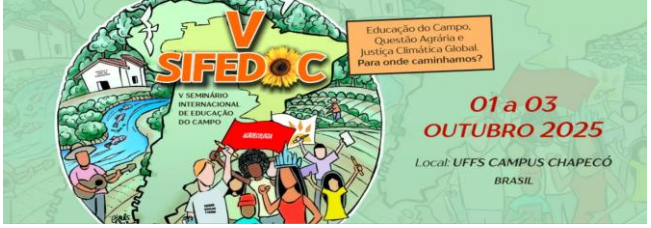


abordagem.

A resistência institucional à inclusão de epistemologias afrocentradas é um reflexo do racismo estrutural presente no ensino superior, que continua a valorizar a produção acadêmica eurocêntrica e marginaliza as contribuições africanas e afro-diaspóricas. Essa resistência se manifesta de diversas formas, desde a rejeição da história oral como fonte legítima até a dificuldade em integrar conteúdos que abordem as especificidades culturais afro-brasileiras e africanas. Para que o ensino de História Afrocentrada se torne uma parte legítima do currículo universitário, é necessário que as universidades ampliem o espaço acadêmico para a inclusão de epistemologias africanas e afro-diaspóricas. Além disso, é essencial que as instituições de ensino superior reconheçam a importância da História afro-brasileira e africana como pilares fundamentais para a compreensão crítica do Brasil e do mundo, e não apenas como uma matéria periférica ou secundária.

Outro desafio importante é a escassez de materiais didáticos adequados, que ainda predominam no formato eurocêntrico e que frequentemente ignoram ou distorcem a História das populações negras. A produção de recursos educacionais que contemplem uma narrativa mais justa, plural e representativa exige um esforço contínuo e a colaboração entre educadores, pesquisadores e as próprias comunidades afrodescendentes. A falta de financiamento e apoio institucional à criação de materiais didáticos alternativos é um obstáculo considerável nesse processo. No entanto, a iniciativa já em andamento, de o curso de Educação do Campo ser ofertado em um território quilombola, demonstram que é possível promover um ensino mais inclusivo, embora essas iniciativas ainda sejam limitadas em termos de alcance e impacto.

Além disso, a falta de uma abordagem inclusiva para outras comunidades étnicas, como as indígenas, também representa uma falha importante no ensino de História nas universidades. A diversidade cultural do Brasil precisa ser reconhecida e representada de forma mais ampla nos currículos acadêmicos, para que todos os grupos étnicos e culturais se sintam valorizados e representados. As demandas de estudantes indígenas e de outras minorias étnicas por um ensino mais integrador e que inclua suas perspectivas culturais e históricas devem ser atendidas de forma urgente, para que o ensino de História se torne um espaço de verdadeiro diálogo e



respeito à pluralidade.

Portanto, para avançarmos em direção a uma educação que verdadeiramente represente as várias histórias e culturas que formam o Brasil, é imperativo que as universidades se abram para novas epistemologias e práticas pedagógicas, e que os currículos sejam adaptados para refletir essa diversidade de experiências. A implementação do ensino de História Afrocentrada nas universidades brasileiras é um passo crucial não apenas para a reparação histórica, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de sua pluralidade cultural.

Referências

CARNEIRO, A. **As universidades e a pluralidade de perspectivas**: Integrando saberes quilombolas ao debate acadêmico. Editora Universitária. 2021.

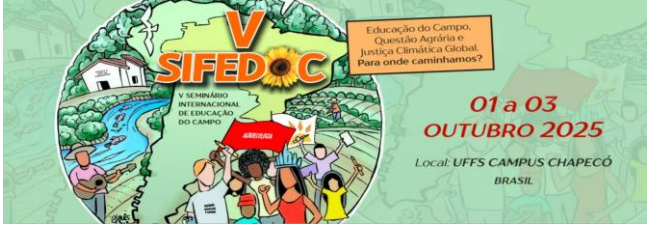
GOMES, A. A história e suas rupturas: Reflexões sobre o ensino de história no Brasil. Editora XYZ. 2017.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. Editora Pão e Vinho. 2004.

NASCIMENTO, E. **Epistemologias negras e a resistência institucional nas universidades brasileiras**. Editora ABC. 2020.

NOGUERA, M. **O ensino da história e as narrativas marginalizadas**: Desafios do ensino afrocentrado nas universidades. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 59, p. 80-96. 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do saber e resistência epistemológica**. Editora Acadêmica. 2005.



RIBEIRO, D. **A construção de saberes plurais**: A inclusão de perspectivas indígenas no currículo acadêmico. Editora das Culturas. 2020.

RIBEIRO, D. **Narrativas indígenas e afro-brasileiras no currículo universitário**: A construção da identidade nacional. Pesquisa em Educação, n. 15, p. 20. 2020.

SILVA, L. **A história da África e as histórias silenciadas no ensino superior brasileiro**. Revista Estudos Africanos, v. 7, n. 12, p. 71-88. 2015.

SILVA, L.; COSTA, E. **A experiência prática com as comunidades quilombolas**: Uma análise da desconstrução da narrativa dominante. Educação Popular, n. 89. 2020.

SILVA, M. **O apagamento da História africana nos currículos universitários**: Uma análise crítica. História e Sociedade, n. 75. 2015.

SOUZA, J. **A construção da História brasileira e a marginalização das contribuições africanas e afro-brasileiras**. Revista de História do Brasil, n. 43, p. 66. 2018.

SOUZA, R. **Eurocentrismo e História no Brasil**: A negação da contribuição africana. Editora Educação Crítica. 2018.